



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Especialização em Comunicação e Saúde

CES

**CIRCULAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE PRODUTOS
AUDIOVISUAIS NA REDE DA CAMPANHA PERMANENTE
CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA**

Rogério de Magalhães Cunha

(Projeto de pesquisa)

Orientador: Igor Pinto Sacramento

Rio de Janeiro, 2017

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SAÚDE

CIRCULAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE PRODUTOS AUDIOVISUAIS NA REDE DA CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA

por

ROGÉRIO DE MAGALHÃES CUNHA

Trabalho apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Comunicação e Saúde.

Modalidade de trabalho: Projeto de pesquisa

Orientador (es): Igor Pinto Sacramento

Rio de Janeiro, março de 2017

**Dedico este trabalho a todas as pessoas que lutam
pelos direitos humanos e pela existência digna
“no outro lado da linha”.**

***Para mim, gratidão é sentimento nobre, que une,
É reconhecimento da atenção de alguém, em si.
Se verdadeira, cria laços que podem alcançar o eterno.
Se plena, transforma-se em lealdade, amor e amizade,
Em permanente gratidão.***

Aos coordenadores, Igor Sacramento e Janine Cardoso, o meu muitíssimo obrigado, pela gigantesca dedicação e fazer deste curso uma inestimada oportunidade de crescimento pessoal. Sou grato, inclusive, pelas preciosas contribuições que deram para o amadurecimento deste trabalho.

Aproveito essa brecha para agradecer a Tetê Marques e João Henrique, amigos queridos, pelas críticas e sugestões feitas a este trabalho e pela parceria que desenvolvemos ao longo destes últimos anos. Vida longa às nossas amizades!

Sou bastante grato aos colegas de turma e aos professores e professoras que tive contato neste curso. Aquelas duras semanas na 215 não seriam tão prazerosas e valiosas sem as trocas de conhecimento e afeto proporcionadas por vocês.

Saudades dos sabores e do pensar-junto.

Às profissionais da secretaria acadêmica, pela atenção e dedicação, meu obrigado.

Mãe e irmãs, é impossível não agradecer por todos os gestos de carinho e cuidado que tiveram por mim, neste duro ano de 2016. Amo vocês!

Aqui outra brecha se abre para agradecer a Clara, Regina e Fernando Oliveira, pelo carinhoso acolhimento e apoio ao longo destes anos.

E, por fim, agradeço a mulher que me ensina a valorizar sentimentos e ser verdadeiro a cada segundo da vida. A você, minha companheira, amiga e amada Carolina, minha eterna gratidão.

Contem sempre comigo, estamos juntos!

**O cinema medeia vital e socialmente na constituição
dessa nova experiência cultural.**

**Para além de seu conteúdo reacionário e do
esquematismo de sua forma, o cinema vai ligar-se à
fome das massas por se fazerem visíveis socialmente.**

**Ao permitir que o povo se veja, o cinema o nacionaliza.
Não lhe outorga uma nacionalidade, mas sim os modos
de senti-la.**

Jésus Martín Barbero (1998, p. 232).

RESUMO

Os problemas causados por agrotóxicos no Brasil preenchem uma vasta lista de agravos à saúde humana e danos ao meio ambiente. Diante da necessidade de sensibilizar e dialogar com a sociedade, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida utiliza diversos dispositivos comunicacionais, entre eles, o audiovisual. Além dos vídeos de sua autoria, a campanha utiliza outras produções videográficas no enfrentamento ao setor do agronegócio. É neste universo discursivo que está inserido o objeto de estudo deste projeto. Partindo do pressuposto que a realidade é socialmente constituída a partir da forma como as pessoas sentem, percebem e interagem com ela, pretendemos observar e analisar como os processos de circulação e apropriação de vídeos interferem na produção de sentidos sobre agrotóxicos na rede da campanha. O ponto de vista dos seus membros será captado por meio de entrevistas semiestruturadas e coleta de depoimentos. O Modelo do Mercado Simbólico será aplicado para a contextualização da realidade a ser estudada, com finalidade de evidenciar o mapa da disputa discursiva sobre a temática e avaliar o poder comunicacional dos interlocutores envolvidos nessa disputa, além de outros aspectos contextuais de relevância para as análises. De modo geral, pretendemos revelar como os processos da circulação e apropriação de vídeos produzem sentidos neste contexto específico e, com isso, revelar como podem estar interferindo na formação da opinião pública e na realidade sobre o uso de agrotóxicos no país.

PALAVRAS-CHAVE: Produção de sentidos, circulação, apropriação, audiovisual, movimentos sociais, agrotóxicos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
OBJETIVOS	16
JUSTIFICATIVA	17
REFERENCIAL TEÓRICO	20
ABORDAGEM METODOLÓGICA	32
REFERÊNCIAS	38
CRONOGRAMA	42

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SINDAG	Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola
Sindveg	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Sinan	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SVS	Secretaria de Vigilância Sanitária
Campanha	Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida
Abrasco	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
LGBT	Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

1 Introdução

“Desde 2008 o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos”¹. A demanda internacional por *commodities* agrícolas como soja, milho, algodão e cana-de-açúcar, associada a acelerada expansão do agronegócio brasileiro nas últimas décadas, elevaram o país a essa posição de liderança. Enquanto o aumento do consumo mundial, entre os anos de 2002 e 2012, foi de 93%, no mercado interno cresceu 190% e atualmente cerca de um milhão de toneladas/ano² de agrotóxicos é comercializado no país (CARNEIRO *et al.*, 2015). De modo geral, o desenvolvimento da produção agrícola sob o paradigma capitalista vem trazendo consigo uma ampla gama de problemas e os agrotóxicos constituem-se em um deles: a concentração fundiária, a hipertecnificação e o uso massivo de produtos químicos na produção de alimentos têm acarretado em problemas sanitários, psicossociais e ambientais graves em diversos territórios e à população brasileira como um todo (PORTO, 2007; CARNEIRO *et al.*, 2015).

Além dos impactos deletérios ao meio ambiente e à biodiversidade, este modelo de desenvolvimento determina condições precárias de vida e trabalho para homens, mulheres e crianças de todas as faixas etárias, em diversos territórios rurais brasileiros e casos de acidentes e intoxicações são corriqueiros (LEVIGARD e ROZEMBERG, 2004; BOCHNER, 2007; BRASIL, 2016). De acordo com o Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (BRASIL, 2016, p. 23), “a população brasileira em geral está exposta a agrotóxicos” e os grupos populacionais que mais apresentam riscos à exposição são os trabalhadores do campo (e seus familiares), de empresas de desinsetização e da indústria de produção e formulação desses produtos, além das populações adjacentes às áreas onde são produzidos ou aplicados em

-
- 1 Esta é a célebre frase que abre o documentário *O veneno está na mesa* (2011), do diretor Sílvio Tendler, produzido com a finalidade de expor os problemas relativos aos agrotóxicos no Brasil.
 - 2 Fonte: SINDAG/Sindveg. Disponível em: <http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/dados>
Acesso: 03/09/2016.

grande escala. Populações dos centros urbanos também estão expostas, uma vez que, alimentos contaminados são consumidos além das fronteiras da produção e agrotóxicos domésticos (praguicidas) também participam do quadro epidemiológico das intoxicações humanas. O Programa de Análise de Agrotóxicos em Alimentos de 2012 evidenciou que cerca de 25% das amostras analisadas (347/1.397), coletadas em empreendimentos comerciais, “foram consideradas insatisfatórias” por apresentarem resíduos de produtos não autorizados ou autorizados e/ou em concentrações acima do limite máximo permitido, em todos os estados brasileiros (ANVISA, 2014, p. 18). Já o relatório do Programa Nacional Vigigra, Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano no Brasil, realizado em 2013, verificou que, dentre os 1.598 municípios que tiveram amostras coletadas, 337 (distribuídos em 16 estados) apresentaram resultados com valores acima do máximo permitido (BRASIL, 2015).

A maioria dos casos agudos de intoxicação acontece pela exposição ocupacional – durante a fabricação ou aplicação dos produtos – ou pela ingestão, em tentativas de suicídio e de homicídio (LEVIGARD e ROZEMBERG, 2004; CARNEIRO *et al.*, 2015; BRASIL, 2016). Há também casos de intoxicação indireta, por exemplo, em “acidentes” que decorrem do carreamento por correntes de vento, durante a realização de pulverizações aéreas das plantações³ (PIGNATI, MACHADO e CABRAL, 2007; CARNEIRO *et al.*, 2015). A Portaria do Ministério da Saúde de número 1.271, de 06 de junho de 2014⁴, determina que a intoxicação por agrotóxicos passou a ter notificação compulsória, por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). De acordo com os registros deste sistema, entre os anos de 2010 e 2015 foram notificados 21.266 casos de intoxicação por agrotóxicos no Brasil⁵, muito embora estimam-se que o número de casos mais aproximado da realidade seja uma média de 400 mil por

3 Prática que ganha relevância por causa da Lei nº 13.301, sancionada em 27 de junho de 2016, que permite dispersão aérea de em todo o território nacional, como medida sanitária de controle de doenças zoonos, como zika e chikungunya.

4 Fonte: Biblioteca Virtual em Saúde – http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html. Acesso: 15/01/2017.

5 Fonte: Ministério da Saúde/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan. Acesso: 22/01/2017.

ano (LIMA e BOSCHNER, 2014). O número de mortes registradas foi de 913 para o mesmo período. Contudo, sabe-se que estes números estão bem abaixo do número real devido às subnotificações e subdiagnósticos dos casos, em especial de intoxicações decorrentes da exposição crônica (BOCHNER, 2007; BRASIL, 2016). Em geral, os agravos à saúde decorrentes da intoxicação mais relatados são cefaleia, dores no corpo, desmaio, tremores, náusea, vômito, hipertensão, inapetência, fraqueza, dispneia, câncer, hepatopatias, depressão, suicídio e morte (LEVIGARD e ROZEMBERG, 2004; CARNEIRO *et al.*, 2015). Diante deste panorama – sem mencionar os impactos ambientais e danos à biodiversidade –, percebe-se que os agrotóxicos conferem graves problemas à saúde pública. Rigotto e colaboradores (2012), neste sentido, apontaram oito demandas quanto ao direito à saúde humana e ambiental, no âmbito dos campos científico e das políticas públicas:

a relação entre agrotóxicos e saúde deve ser estudada no contexto da modernização agrícola conservadora; é necessário e urgente que se proceda ao desvelamento dos agravos à saúde relacionados aos agrotóxicos; o Estado tem tido significativa eficácia no apoio ao agronegócio e significativa ineficácia nas políticas sociais de garantia de direitos dos trabalhadores e da população; setores da sociedade ligados às organizações do campo vêm desempenhando importante papel na política pública de combate aos agrotóxicos e de proteção da saúde; é importante que os estudos contribuam para a desconstrução dos mitos que sustentam o modelo da Revolução Verde; se está diante do desafio de contribuir na construção de um paradigma emergente de ciência, fundado no compromisso ético-político com os mais vulneráveis; comunidades camponesas vêm construindo alternativas agroecológicas de vida no semiárido (RIGOTTO *et al.*, 2012, p. 1533).

Evidentemente que tais situações geram tensões sociopolíticas e, em todo o mundo, movimentos sociais organizam-se no esforço de reduzir ou erradicar o seu uso. Há muitos anos, parte descontente da sociedade civil tem se organizado de diferentes formas para questionar e propor alternativas, não apenas com relação ao uso intensivo de agrotóxicos, mas ao modelo imposto pelo agronegócio, como um todo, que vai desde a produção de alimentos transgênicos, a hipertecnificação da produção e as consequências do desemprego,

superexploração do trabalho e baixas remunerações, degradação do meio ambiente e da biodiversidade e outros impactos relacionados à produção agropecuária. Mas, foi a partir de 2008, ano em que no Brasil foi liberada a produção de cultivares transgênicos e quando ele se tornou o país que mais consome agrotóxicos no mundo, que as discussões ganharam maiores proporções. Diante desse cenário, em setembro de 2010, a Via Campesina (organização internacional composta por camponeses, organizações e movimentos sociais que lutam em favor dos direitos das populações do campo nos continentes africano, asiático, europeu e americano) realizou um seminário nacional na Escola Nacional Florestan Fernandes (centro educacional idealizado, construído e coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), reunindo as principais entidades e organizações brasileiras mobilizadas em torno da temática agrotóxicos e alimentos transgênicos, para criar a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida (Campanha), com o propósito de “explicitar as contradições e malefícios gerados pelo modelo de produção do agronegócio, ao mesmo tempo em que lança uma luz sobre a proposta de alternativa baseada na agroecologia” (TYGEL *et al.*, 2014, p. 147).

A Campanha atualmente conforma uma rede nacional com mais de 120 entidades: organizações de movimentos estudantis, de classes de trabalhadores, grupos étnicos, associações, pastorais, universidades, centros de pesquisa e de educação, políticos, órgãos governamentais e não governamentais, entre outros. Tais entidades organizam-se em comitês locais, cujos trabalhos realizados cotidianamente se dão com base nas conjunturas dos respectivos territórios, municípios e estados. Além disso, estes comitês se articulam nacionalmente por meio de três instâncias: a Coordenação Nacional, que cumpre a função de plenária, é formada por representantes das organizações e dos comitês estaduais e se reúne duas vezes ao ano para definir linhas de atuação e caminhos para alcançar os objetivos traçados no âmbito nacional; o Grupo Operativo, composto por pessoas indicadas pelos comitês e organizações, que se reúne presencialmente a cada dois meses e virtualmente, sempre que necessário, é responsável por executar tarefas cotidianas da Campanha, tais como: elaboração

de documentos, projetos, materiais comunicacionais, articulações políticas, etc; e Secretaria Operativa, atualmente formada por três pessoas que trabalham diariamente na mobilização e animação da campanha, nas atividades de comunicação da rede, além da articulação política com instâncias do Estado, como participação em agendas de construção política, audiências, etc (TYGEL *et al.*, 2014).

As ações comunicacionais por ela desenvolvidas ocorrem em diversos formatos e meios e vão desde a realização ou participações em eventos, fóruns, comitês, oficinas, publicações científicas, mobilização e divulgação de informações em diferentes suportes comunicacionais, como em sítios e redes sociais na internet, produção de material impresso – cartilhas, cartazes, Caderno de Formação, Dossiê da Abrasco (fruto da parceria com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva), produção audiovisual, musical, dentre outras. São por ela praticadas no intento de dialogar com a sociedade e formar e mobilizar militantes: o enfoque educacional também faz parte das ações comunicacionais e formativas da Campanha (TYGEL *et al.*, 2014; CARNEIRO *et al.*, 2015). De acordo com os autores Tygel *et al.* (2014), a necessidade de se utilizar meios visuais para dialogar com a população foi mais intensamente percebida por seus membros a partir do segundo ano e, dentre os produtos criados, destacam os filmes O veneno está na mesa (2011) e O veneno está na mesa 2 (2014), ambos realizados em parceria com o documentarista Sílvio Tandler e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), cuja repercussão está representada no trecho a seguir:

o sucesso obtido com o primeiro filme indicou a necessidade de uma continuação, sobretudo porque o primeiro concentrou-se mais na denúncia do modelo do agronegócio. Fazia-se necessário dar visibilidade às alternativas, mostrando experiências exitosas que estão sendo realizadas em todo Brasil, e provando que é possível alimentar o mundo sem venenos (TYGEL *et al.*, 2014, p. 163).

Sem entrar em pormenores, vê-se que o cenário de disputas sociopolíticas nessa problemática é tensionado, de um lado, por setores da sociedade civil organizada, preocupados com os impactos negativos relacionados aos agrotóxicos e, de outro, por entidades interessadas no crescimento do mercado

do agronegócio. Esse cenário de disputas sociopolíticas produz uma infinidade de discursos, que circulam e recirculam em diferentes meios, de diferentes formas, e são apropriados pela sociedade, no intuito de produzir sentidos sociais que legitimam um ou outro ponto de vista e que, possivelmente, passam a influenciar os processos de implantação e estabelecimento de políticas públicas que não necessariamente atendam aos interesses e demandas da maioria da população brasileira.

Se for levado em consideração o poder que o setor do agronegócio detém, o fato dele ser majoritariamente formado por empresas transnacionais detentoras de grande capital, como a Monsanto, Bayer, Syngenta e DuPont, e ainda ter consolidado a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), “uma das maiores e mais organizadas bancadas da Câmara dos Deputados e do Senado nacional”⁶, fica claro que, em relação à Campanha, ao que tudo indica, ele possui maior vantagem de substanciar seus interesses. Logo, é esperado que as ações comunicacionais por ele implementadas tenham certa vantagem sobre as da Campanha, no que se refere a disputa por legitimar sentidos no imaginário da população brasileira e, por fim, estabelecer políticas públicas conservadoras e atinentes aos anseios deste mercado.

Do seu lado, mesmo não dispondo dos mesmos recursos e capital para investir em meios de comunicação de massa, tal qual o agronegócio, a Campanha lança mão de formas alternativas em suas ações e mobilizações, como mencionado anteriormente. Com relação ao formato audiovisual, só no sítio eletrônico oficial estão catalogados e disponíveis para serem baixados gratuitamente 32 produtos: dez documentários, oito reportagens, quatro entrevistas, cinco registros de ações / encontros da Campanha, três vídeos destinados a crianças e dois videoclipes. Além destes, outros produtos (não necessariamente produzidos pela Campanha) são apropriados por seus membros, que os faz circular cotidianamente por suas redes sociais na internet, com a finalidade de complementar, fortalecer e legitimar as suas próprias ações

6 Fontes: <http://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/> e <http://apublica.org/2016/06/truco-as-bancadas-do-senado/> Acesso: 15/01/2017.

comunicacionais e de militância.

Diante deste cenário de disputas, de natureza essencialmente sócio-político-econômico-comunicacional (sem desconsiderar outras contextualidades), algumas perguntas de amplo escopo nos vêm em mente quando levamos em consideração a relevância do campo da comunicação no exercício da democracia, especialmente quanto ao processo de implementação de políticas públicas: de que forma esta disputa implica e está representada na opinião pública sobre o uso extensivo de agrotóxicos e impacta na implementação de políticas públicas relacionadas à comercialização e uso de agrotóxicos no Brasil? Quais os principais aspectos contextuais e circunstanciais envolvidos nessa disputa discursiva e que determinam o poder (comunicacional), de ambas partes, quanto a legitimação e consolidação de seus respectivos interesses?

Sem a pretensão de respondê-las por completo, buscaremos, com a realização deste projeto, contribuir com a produção de conhecimento sobre como os integrantes da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida se apropriam e fazem circular produtos audiovisuais pela sua rede e como eles percebem a relevância destes processos – apropriação e circulação de vídeos – na formação da opinião pública e implementação de políticas públicas no Brasil. A partir das análises, pretendemos revelar alguns aspectos inerentes aos processos de produção de sentidos oriundos dessa relação, sem deixar de levar em consideração a complexidade, os contextos e circunstâncias que configuram a disputa discursiva em torno da questão.

A opção por tomar o audiovisual como parte do objeto desta pesquisa, advém do fato de que esta linguagem propicia uma forma interessante de comunicação, amplamente utilizada, inclusive, por movimentos sociais de luta por direitos e melhoria da qualidade de vida (ANDRADE, 2013). As razões que explicam este fenômeno, pelo menos em grande parte, pode ser creditada à crescente acessibilidade a tecnologias de produção e consumo pela população em geral e pelo grande potencial de criação estético/discursiva, decorrente das infinitas possibilidades de se trabalhar imagens e sons e, sobretudo, pela sua similaridade a práticas tradicionais da oralidade (SANTORO, 1989; RENÓ, 2011;

ANDRADE, 2013). Este último aspecto possui relevância, quando se tem em mente a finalidade de incluir nos processos comunicacionais grandes parcelas da população com discrepantes níveis de escolaridade. Renó (2011, p. 38) ressalta ainda que a versatilidade da linguagem na construção de narrativas é possibilitada pelo emprego de recursos característicos da linguagem, tais como “movimentação de câmera, enquadramentos, ângulos de tomadas, música, cenário, silêncio, assim como os resultados obtidos com a montagem”.

Por ter se tornado um meio bastante comum de comunicação utilizado, abrem-se possibilidades para que sentidos sociais outros – que não os que ocupam maior centralidade no processo de produção de sentidos e estão engajados na manutenção do *status quo* da reprodução social – sejam produzidos e apropriados e entrem na disputa pela construção de sociedades mais democráticas. De acordo com Andrade (2013, p. 22-3), “a apropriação política, filosófica e artística do audiovisual traduz-se em importante espaço que visibilidade dos conflitos que atravessam o social, frequentemente ocultados e excluídos”. Estes fatores contribuem para a criação de narrativas do cotidiano nas sociedades, de modo a expô-las, questioná-las e sugerir propostas alternativas aos padrões de desenvolvimento impostos a elas (GONÇALVES, RENÓ e MIGUEL, 2013).

2 Objetivos

Geral

- Identificar e analisar os processos de produção de sentidos sobre agrotóxico na rede da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, envolvidos na apropriação e circulação de produtos audiovisuais por ela utilizados.

Específicos

- Analisar a relação estabelecida pelos membros da Campanha com os processos de circulação e apropriação de vídeos (e sentidos por eles produzidos) na rede formada pela Campanha;
- Investigar a relevância dos processos de apropriação e circulação de vídeos no contexto dos movimentos sociais de luta por direitos;
- Mapear a rede de produção de sentidos e analisar as relações de poder que configuram a disputa discursiva sobre agrotóxicos no Brasil, sob o ponto de vista dos integrantes da Campanha.

3 Justificativa

Apesar da relevância dos problemas derivados do consumo de agrotóxicos no Brasil – o significativo número de produções científicas sobre o tema é um bom indicador –, poucas foram as análises científicas que a relacionaram à produção midiática/jornalística (LOPES, 2010; LIMA e BOCHNER, 2014). Lima e Bochner (2014) afirmaram que, após pesquisa realizada em ampla base de dados, encontraram apenas duas publicações científicas que teciam correlações entre os termos “agrotóxicos/venenos agrícolas/pesticidas/herbicidas/ fungicidas” e “jornalismo/mídia/imprensa/jornais”. Lopes (2010) ao analisar publicações jornalísticas sobre o tema em nove veículos (revistas e jornais, tanto de informação geral, como especializadas), verificou que abordagens superficiais, fragmentadas e tendenciosas marcam a qualidade das notícias veiculadas em mídias de massa (LOPES, 2010). O ensaio “Mídia e Ministério da Saúde se calam diante do uso abusivo de agrotóxicos no Brasil”, escrito pela pesquisadora Eliane Marcolino (s/d) e publicado no sítio eletrônico do Observatório Saúde na Mídia⁷, do Laboratório de Comunicação e Saúde, do Instituto de Comunicação e Informação em Saúde, da Fiocruz, corrobora essa afirmativa. Segundo a autora, o silenciamento e a questionável qualidade das notícias indicam que a população brasileira não deve estar sendo bem informada pela mídia e que o Ministério da Saúde também não está atento ao problema. Diante do panorama apontado, é provável que a opinião pública a respeito do assunto não esteja à altura do problema: o que dificulta e, ao mesmo tempo, cria a demanda de discussões na sociedade, no sentido de questionar e combater as imposições político-econômicas feitas pelo mercado do agronegócio, com relação a essa problemática.

⁷ Fonte: <http://saudenamidia.icict.fiocruz.br/midia-e-ministerio-da-saude-se-calam-diante-do-uso-abusivo-de-agrototoxicos-no-brasil> Acesso: 18/01/2017.

Uma outra questão que foi suscitada nas publicações relacionadas anteriormente (sobre agrotóxicos na mídia de massa) nos chama a atenção: uma provável causalidade deste negligenciamento midiático decorre de interesses econômicos privados em detrimento do interesse público. Esta situação pode ser, pelo menos em parte, elucidada, se forem levados em consideração o poder e nível de organização sociopolítica do setor do agronegócio, consolidados e representados, sobretudo, por meio da Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA), da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Associação Brasileira do Agronegócio, da Sociedade Nacional da Agricultura e da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio. O poder destas instituições está representado, por exemplo, no vídeo institucional registrado no dia da cerimônia de lançamento da campanha Time Agro Brasil, fruto da parceria entre a CNA e o SEBRAE. Na suntuosa cerimônia, marcada pela presença de políticos reconhecidamente alinhados a princípios neoliberais, como o atual presidente Michel Temer, o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, o polêmico ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, a pecuarista, ex-ministra, ex-presidente da CNA e atual senadora, Kátia Abreu, entre outros, foi exibida a propaganda da campanha, na qual, o célebre jogador de futebol, Pelé, atua como protagonista. De acordo com o texto de apresentação do vídeo institucional, na página oficial da campanha no Youtube, “a campanha pretende consolidar a imagem do agronegócio sustentável brasileiro no País e no exterior”⁸. Os aparentes investimentos nesta campanha da CNA/SEBRAE denotam o envolvimento do poder político, econômico e comunicacional no setor agropecuário, ao passo que ilustra o tamanho do desafio da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

Reconhecer a insuficiência de informação aprofundada e crítica circulante sobre os problemas relativos aos agrotóxicos nos meios convencionais de comunicação brasileiros, dos mitos circulantes sobre a necessidade do seu uso para a produção de alimentos e, em especial, a necessidade de revelar o obscuro jogo político que está por trás deste mercado, faz com que a rede da Campanha

8 Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ov3KD000zlg> Acesso: 23/01/2017.

Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida se mobilize nos âmbitos social, político e comunicacional, dentro e fora do Brasil. E, diante do desafio de suprir essa insuficiência e promover o debate sobre os problemas sanitários, ambientais e psicossociais relativos aos agrotóxicos, dentre outras formas utilizadas por ela para dialogar com a sociedade, o vídeo tem assumido lugar de destaque.

Portanto, acreditamos que ao identificar e analisar os processos de circulação e apropriação de produtos audiovisuais em sua rede, em suas ações e mobilizações virtuais e presenciais dirigidas à sociedade, assim como em reuniões e encontros ordinários e extraordinários dos membros da Coordenação, Grupo Operativo e Secretaria Operativa da Campanha, revelaremos aspectos relevantes do enfrentamento da problemática dos agrotóxicos, sob o ponto de vista da sociedade civil organizada, direcionado ao processo de produção social de sentidos. No escopo mais estrito, referente às análises sobre os processos de apropriação e circulação de produtos audiovisuais pela rede da Campanha, buscaremos tecer analogias e críticas com relação à abordagem que o campo da comunicação tem tomado sobre tais conceitos. Pretendemos, de modo geral, revelar como os sentidos são produzidos nessa relação dos integrantes da Campanha com o audiovisual e como podem estar interferindo na sociedade brasileira, com relação a formação da opinião pública e de políticas públicas que abordam e substanciam o consumo de agrotóxicos no país.

4 Referencial teórico

O desenvolvimento do campo da comunicação, devido a sua natureza interdisciplinar e por ocupar um papel central na organização das sociedades, possibilitou que os processos comunicacionais fossem vistos a partir de novas lógicas de mediação social (VERÓN, 2004), ou seja, como fenômenos que se associam a outros fatores culturais na conformação do “*sensorium* dos modos de percepção, da experiência social” (BARBERO, 1987). Os (indissociáveis) fenômenos da globalização e midiatização, além de outros correntes nas sociedades pós século XX, possibilitaram que o campo se constituísse num espaço mais que privilegiado para se compreender como os processos de transformação social e cultural ocorrem na contemporaneidade (GROHMANN, 2009). O ritmo e a forma com que o desenvolvimento tecnológico vem transformando as sociedades têm sido observados por meio de abordagens teórico-metodológicas capazes de compreender, sob diversas perspectivas, como os sentidos socialmente produzidos configuram e transformam – simbólica e concretamente – a realidade social, por meio de mudanças nos valores morais, crenças e outras formas com que vemos, compreendemos e nos relacionamos com o mundo. Pois, à medida que as representações da realidade circulam e ganham vida nos meios de comunicação e se amalgamam ou competem com outras formas de mediação socioculturais – modos referenciais de sentir, perceber e se relacionar com essa realidade –, confluem no processo de conformação do imaginário das pessoas e, portanto, na forma como elas percebem e se relacionam consigo e com o mundo a sua volta, “pela produção de sentidos que circulam na sociedade” (MORIGI, 2004, p. 3).

Estudos sobre produção social de sentidos ganharam vigor em correntes da teoria crítica, especialmente nos Estudos Culturais Britânico e Latino-americano, nas quais alguns autores vêm revendo e reformulando, sob diferentes

perspectivas, os modos de se analisar e compreender os fenômenos inerentes ao circuito da produção, circulação e apropriação de sentidos sociais, com vistas a produzir abordagens mais holísticas e integradas aos contextos socioculturais que englobam o objeto de estudo, no campo da comunicação (LELO e GROHMANN, 2014). Deste modo, a problemática dos efeitos comunicacionais começou a ser indagada a partir de perspectivas mais complexas, uma vez que o cenário nesta contemporaneidade midiática possibilita e evidencia novas e mais dinâmicas formas de articulação entre interlocutores: os elos do circuito passaram ser compreendidos e encarados por autores desta corrente como um todo integrado e indissociável (ESCOSTEGUY, 2006; 2007; FAUSTO-NETO, 2010; BONIN, 2016).

Uma importante consequência disso está relacionada à forma com que o fenômeno da apropriação tem sido abordado por autores que trabalham sob a ótica da teoria crítica. As abordagens funcionalistas e estruturalistas da comunicação – cuja compreensão de que ao sujeito que recebe mensagens, denominado de receptor, cabe apenas a função de decodificá-las – trazem como consequência epistemológica a manutenção do objeto em análises direcionadas essencialmente à produção de mensagens e/ou à capacidade dos meios de transmiti-las, a partir do reconhecimento de efeitos causados nos receptores (GROHMANN, 2009; RONSINI, 2011). Sob outra perspectiva, autores da teoria crítica passaram a estudar a interação dos sujeitos com os meios e com as mensagens por abordagens que considerassem a multidimensionalidade dos processos do circuito comunicacional, a partir dos seus referenciais psíquicos, socioculturais e de outros fatores que impactam nas formas com que os processos de leitura/consumo ocorrem (FAUSTO-NETO, 2010; RONSINI, 2011). Deste modo, a produção de sentidos tende a ser analisada e interpretada de forma mais complexa, na qual os sujeitos deixam de ser vistos como meros receptáculos, mas sim como interlocutores, dotados de liberdade de escolha no ato do consumo e atuante na produção de discursos (FAUSTO-NETO, 2010). Com base nesta perspectiva – da escolha e coprodução de discursos –, concordamos que a recepção deve ser reconhecida mais como um processo de apropriação, do que mera adoção de enunciados. Além da leitura/consumo,

compreensão, apreensão, reconhecimento e crítica aos enunciados, há também o processo de conversão em saberes e práticas – discursivas ou não –, ainda que pela via da refutação.

Além do sentido que o termo evoca ao mencionar a relação do sujeito com discursos, o processo de apropriação pode (e deve) ser estendido a outros elementos que são utilizados em ações comunicacionais: bens físicos (*hardwares*, espaços, territórios) e outros aparatos tecnológicos (conjuntos de programas computacionais, por exemplo) que as mídias, espaços, eventos, práticas sociais, entre outros, envolvidos em processos comunicacionais na contemporaneidade. Eles podem e costumam ser incorporados, transformados e (re)utilizados comunicacionalmente, em distintos contextos e circunstâncias, incorporando maior complexidade à produção de sentidos. Como exemplo, podemos citar a ação realizada por militantes da Campanha, quando invadiram o *stand* da CNA, durante a Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012, na cidade do Rio de Janeiro – e se apropriaram de diferentes formas do espaço e circunstâncias para produzir e (re)circular seus discursos, tal como descrito a seguir:

Durante o evento, a CNA apresentou um espaço que buscava mostrar a sustentabilidade presente nas práticas do agronegócio brasileiro, e lá construiu uma maquete do que seria a propriedade ideal para o agronegócio (... que), além de apontar apenas o monocultivo como proposta, trazia de forma muito presente o uso dos agrotóxicos. (...) nos chamou atenção o fato de não haver pessoas na projeção apresentada, o que nos leva a reforçar a ideia de que para a CNA a propriedade perfeita é aquela que consegue realizar uma agricultura mecanizada, artificializada e predatória dos bens da natureza, e sem agricultores e agricultoras. (...) com objetivo de denunciar à sociedade internacional toda a destruição ambiental e social provocada pelos monocultivos e desertos verdes do agronegócio brasileiro (... os) militantes da Campanha entraram no espaço onde estava a maquete, e com cartazes e palavras de ordem, jogaram tinta vermelha na maquete demonstrando o sangue que tal modelo derrama todos os anos (TYGEL *et al.*, 2011, grifos nossos).

Paralelamente às discussões e abordagens teórico-metodológicas sobre apropriação, o conceito de circulação também vem ganhando bastante relevância

e tem recebido novos olhares e contornos (ESCOSTEGUY, 2007; FAUSTO-NETO, 2010). De acordo com Lelo e Grohmann (2014, p. 22), o conceito “emerge por vezes como uma alternativa a apreensões engessadas do circuito que se estabelece entre as mídias e a vida cotidiana, tentando resgatar, em seus diferentes desenhos, a complexidade das práticas comunicativas”. Outrora relegado ao papel de “defasagem”, de “intervalo” (VERÓN, 2004, p. 53), passa a assumir papel central no processo (FAUSTO-NETO, 2010). Essa centralidade toma corpo, em especial, quando se percebe que a relação dos sujeitos com os dispositivos midiáticos são permeadas por outros fatores, que compreendem, desde as subjetividades, aos aspectos contextuais e circunstanciais que permeiam o cotidiano dos interlocutores. Dentre os principais fatores, os contextos social, cultural, econômico, institucional e histórico tem sido mais amplamente levados em consideração, pela grande influência de seu imbricamento ao processo de produção de sentidos e, conseqüentemente, forte influência na configuração das sociedades (ARAÚJO, 2002, 2009; LELO e GROHMANN, 2014).

Caminhando neste sentido, Braga (2012) reforça que os produtos comunicacionais (jornais, revistas, filmes, vídeos, músicas, *blogs*, etc.), compósitos deste cenário multimidiatizado, não devem ocupar o lugar de objeto central nas análises empíricas, já que a produção de sentidos, oriunda de cada um deles, acontece multidimensionalmente e transcende a sua circulação. Ao circularem, os produtos até produzem sentidos, mas, para o autor, é a continuidade da circulação dos sentidos produzidos e a relação que eles estabelecem com o “sistema de circulação interacional” que possui relevância empírica (BRAGA, 2012 p. 38 apud BRAGA, 2006). Nesta perspectiva, concordamos que a centralidade deve ser ocupada pela inter-relação dos sujeitos interlocutores com as mídias, sem, no entanto, desconsiderar a complexidade do processo e os contextos e circunstâncias mediadoras que determinam a interação entre ambos. Entendemos que este ponto de vista se torna imprescindível quando se deseja captar representações de sentidos circulantes sobre a realidade sociocultural, pois, é nesta inter-relação que eles se articulam/disputam espaço no

imaginário individual e impactam nos processos de transformação social em voga.

A comunicação abordada sociologicamente, portanto, deve apreender o sujeito em sua relação com o seu cotidiano, no “movimento do social que se internaliza e conforma o texto (que por sua vez), se externaliza e modifica o campo do social e da cultura” (FRANÇA, 2007, p. 85, grifos nossos). Deste modo, de acordo com a autora, as análises empíricas objetivam compreender as relações estabelecidas nas práticas comunicacionais e “analisar a força que coloca os sujeitos ou interlocutores produzindo sentido, sendo afetados pelo outro e pelo “terceiro” (o social, polo da cultura), afetando o outro e o terceiro” (FRANÇA, 2007, p. 85). Defende ainda que o objetivo dessa abordagem é apreender as relações comunicacionais na interação dos sujeitos, de modo a transcender a análise das formas, compreendê-las enquanto momento constituidor da realidade social: “é analisar a comunicação como lugar de força – como lugar, espaço ou forma que suscita a ação (intervenção)” (FRANÇA, 2007, p. 85).

O Modelo do Mercado Simbólico (ARAÚJO, 2002) consiste num modelo de análise das relações comunicacionais, cuja lógica baseia-se na representação de mercado (produção, circulação e consumo) de sentidos e de articulação e disputa de poder por lugares de enunciação mais centrais (centro e periferia discursivos), presentes num dado contexto social. Ancora-se no conceito de Poder Simbólico de Bourdieu – o poder (estruturas-estruturantes) de representar e constituir a realidade social “pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de conformar ou de transformar a visão de mundo, e deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, (... pelo) poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica)” (BOURDIEU, 1989, p. 14, grifos nossos) – e parte da premissa que há no processo comunicacional um outro implicado, o de disputa hegemônica pelo poder de constituir realidades, de intervir nas percepções e ações das pessoas sobre o mundo em que vivem (ARAÚJO, 2004). A sua estrutura analítica essencial, ou seja, a parte que consideramos mais pertinente para a realização desta pesquisa, é composta por uma representação cartográfica ou Mapa do Mercado Simbólico (ARAÚJO, 2006) e pela Matriz de

Análise das relações comunicativas. A aplicação do mapa visa produzir uma representação de determinada rede de produção de sentidos, sobre determinado tema, e é basicamente constituída por sujeitos interlocutores⁹ – indivíduos e coletividades, que produzem e põem a circular discursos sobre determinado tema (ARAÚJO, 2004, p. 175) – e por fluxos, que indicam os caminhos dos discursos circulantes (ARAÚJO, 2006). Já a matriz, visa “oferecer uma estrutura de análise das relações de poder na sociedade (...) na perspectiva discursiva, que remete para a negociação de lugares de interlocução mais favoráveis ao exercício do poder simbólico” (ARAÚJO, 2004, p. 173). Sua estrutura de análise é composta por pelos elementos: Fontes de Mediação – que representam “espaços simbólicos que organizam e produzem mediações a partir do acervo individual, social e cultural dos indivíduos e grupos sociais de um dado território” (ARAÚJO, 2004, p. 174), ou seja, seus referenciais históricos, culturais, religiosos, etc.; Campos – que são espaços sociodiscursivos abstratos das instituições (Estado, igreja, escola), das temáticas (campo da Saúde Coletiva, da Comunicação, Educação) e das práticas sociopolíticas (movimentos sociais, sindicais); Instâncias – enquanto “espaços sociodiscursivos concretos, estruturados formalmente, como as organizações, (...) e não formais, como as famílias, por exemplo” (ARAÚJO, 2004, p. 175); e Fatores de Mediação – que são, em suma, os fatores que consubstanciam o lugar de interlocução, ou seja, o poder – simbólico e concreto – dos interlocutores de disputar por espaços mais centrais no mercado simbólico da comunicação (ARAÚJO, 2002, p. 264-5). A autora propõe ainda uma tipologia destes fatores de mediação, subdividindo-o em motivacionais/de interesse, relacionais, discursividades (discursos, sistemas de nomeações, paradigmas, teorias, modelos), dispositivos de comunicação (de enunciação, de produção e circulação discursiva, mediações tecnológicas) e leis, normas e práticas convencionais (ARAÚJO, 2002, 2004). Quando aplicada, a matriz evidencia os elementos que agregam poder aos interlocutores de produzir e fazer circular discursos, ou seja, seus respectivos lugares de interlocução, numa dada cena

9 A autora usa o conceito Comunidades Discursivas (MAINGUENEAU, 1993 apud ARAÚJO, 2000) para trabalhar o que estamos chamando de sujeitos interlocutores, apropriando-se da discussão deste autor ao tratar dos processos de reconhecimento e identificação discursivos.

sociocomunicacional.

A partir da aplicação do mapa e da matriz, este modelo possibilita realizar análises que vislumbrem uma rede de produção de sentidos, as relações de disputa/sinergia entre os interlocutores que a constitui e o poder simbólico de cada um deles, quanto a sua posição de maior ou menor centralidade nesta cena sociodiscursiva, de produzir e fazer circular discursos de seu interesse. Portanto, por ser capaz de reconhecer a complexidade e a pluralidade de fatores culturais, sociais, políticos, econômicos, étnicos, etc. imbricados, contextual e circunstancialmente nas relações de disputa/sinergia entre interlocutores (ARAÚJO, 2002, 2004), o modelo configura-se numa abordagem interessante para ser aplicada na realização deste projeto, uma vez que ela possibilita-nos identificar a rede de produção social de sentidos sobre agrotóxicos e avaliar aspectos relevantes que evidenciam o poder discursivo dos seus principais interlocutores e, deste modo, as relações de sinergia e disputa existentes no contexto brasileiro.

O complexo midiático brasileiro é majoritariamente formado por empresas privadas de comunicação de massa que, em toda a sua história, pertenceram a grupos familiares detentores de grande capital econômico e político. Os seus princípios e interesses, em nome do lucro, fazem com que estabeleçam forte vínculo com setores do capital privado, no papel de exercer influência sobre a opinião pública no país. Portanto, como os interesses deste setor, via de regra, está a margem do interesse público – sob a perspectiva do direito à cidadania, da democracia –, é de se esperar que a produção de bens simbólicos (notícias, telenovelas, filmes, propagandas, música, etc.) esteja em sintonia com os anseios da elite político-econômica nacional, mas também, da especulação do capital estrangeiro frente ao mercado interno (MURTINHO, 2012). Portanto, é equivocado desconsiderar sua influência nos desdobramentos políticos e culturais no país. Pois, ao pautar o que deve ser consumido, o que é ou não relevante, verídico e justo, no cotidiano da sociedade brasileira, são responsáveis por produzir sentidos que costumam omitir, invisibilizar ou deturpar aquilo que está na contramão do interesse do complexo capital privado/mídia (MOREIRA, 2015).

Quanto a representação das classes menos favorecidas por este complexo midiático, que costuma ocupar lugares de interlocução mais centrais na nossa sociedade, é notória a discrepância com relação a forma com que as classes média e alta são representadas por ele: estereotipagem de sua identidade cultural, invisibilidade dos seus problemas, deturpação das identidades e das práticas exercidas por movimentos sociais e violação de princípios éticos são corriqueiros nos noticiários, revistas, jornais, novelas e filmes de maior consumo no país (RAMOS e PAIVA, 2007; RAMOS, 2008). Essa forma de representar, denominada por Fernão Pessoa Ramos (2008) de “alteridade popular”, tende a criminalizar a parcela da população socialmente excluída. Segundo o autor, ela está associada à ideologia do não merecimento, de que essas pessoas não pertencem às classes “superiores” por falta de mérito pessoal e, portanto, desqualificadas para desfrutar dos mesmos privilégios. Ele ressalta ainda que documentários (e até mesmo filmes de ficção) produzidos de modo a retratar a cultura e os problemas das classes populares, historicamente, foram feitos por documentaristas pertencentes à classe média que, mesmo sensibilizados, se aproveitaram da vulnerabilidade e expuseram/expõem essas pessoas de modo violento e antiético (RAMOS, 2008). Ele justifica suas assertivas ao comparar os modos como pessoas de diferentes classes sociais são representadas por estas mídias e argumenta que esta forma de representação afeta a autoestima dessas pessoas e os modos com que são socialmente reconhecidas e tratadas. Deste modo, tais representações afetam e dificultam os movimentos sociais engajados na luta por direito e cidadania.

Concomitantemente, e no sentido contrário às investidas do capital privado, há também a influência dos movimentos da sociedade civil organizada, cujas lutas por direitos sociais, culturais, trabalhistas, melhorias da qualidade de vida, educação e saúde, reforma agrária, moradia, transporte, lazer, direito a comunicação, entre tantas outras, influem nos processos de conformação das sociedades. E, da mesma forma, sofrem interferência (e interferem) nos contextos nos quais estão inseridos, quer sejam locais ou globais (GOHN, 2008). Segundo a autora, movimentos sociais constituem-se de sujeitos articulados coletivamente,

de acordo com as suas demandas, formatos organizativos e seus campos de atuação, podendo, na prática, assumir mais de uma frente de ação. Sem a pretensão de traçar tipologias, ela subdivide-os, com base nas formas de ação, em: “movimentos indenitários” – decorrentes de segmentos sociais excluídos que, geralmente, pertencem às camadas mais populares, como dos afrodescendentes, índios, mulheres, LGBT, portadores de necessidades especiais e imigrantes; “movimentos por melhores condições de vida e de trabalho”; e “movimentos globais” – engajados em redes sociopolíticas e culturais, como fóruns e conselhos, por exemplo, e que são “responsáveis pela articulação e globalização de muitos movimentos sociais locais, regionais, nacionais e transnacionais” (GOHN, 2008, p. 439-440). Ressalta ainda que este último se constitui numa tendência global, ao apresentar mudanças nos paradigmas como os movimentos sociais têm se apresentado na contemporaneidade. Em seu trabalho, focado em abordagens teóricas sobre as mudanças estruturais e contextuais dos movimentos sociais ocorridas na América Latina, aponta como principais decorrências desse novo paradigma o processo de globalização, a influência dos cenários sociopolíticos, culturais e tecnológicos (comunicacionais) e da tendência dos grupos sociais se articularem em redes.

Para além da problemática da representação, Andrade (2013) aborda a importância do audiovisual no contexto dos movimentos sociais e frisa que todas as etapas (produção, circulação e apropriação) devem estar nas mãos dos próprios movimentos e ressalta a maior facilidade de acesso à tecnologias digitais de produção de vídeos, assim como o papel da internet, neste contexto das sociedades midiáticas. De acordo com a sua proposta, a produção de conhecimento deve “contribuir para a compreensão das relações que hoje se estabelecem entre apropriação audiovisual e participação social” (ANDRADE, 2013, p. 1). Gonçalves, Renó e Miguel (2013) avaliaram a importância da internet e de dispositivos móveis na construção de narrativas midiáticas que impulsionaram cerca de 80 milhões de pessoas a se mobilizarem em redes sociais da internet e nas ruas, em junho de 2013, a protestarem sobre uma infinidade de temas, que, de modo geral, reivindicavam mudanças na realidade do

país: um fato inédito, quando se observa a grande proporção de pessoas mobilizadas. Os autores utilizaram o programa de televisão argentino *bajada de línea*, da emissora Canal 9, que ilustrou a mudança de opinião existente nas matérias produzidas pelo colunista Arnaldo Jabor, da rede Globo, com relação à mobilização: além de revelar as contradições de Jabor, ao criminalizar os manifestantes, num primeiro momento, e descriminalizá-los em seguida, num intervalo de apenas 48 horas, o programa argentino traz imagens produzidas nas ruas, pelos próprios manifestantes, tanto para reforçar seu discurso, mas também para expor episódios em que jornalistas brasileiros são rechaçados e impedidos de registrar imagens da manifestação. Assim, além de evidenciar a importância dos dispositivos móveis para a produção de imagens neste contexto de mobilização social, também revelou aspectos relativos à complexidade existente nos processos de produção de sentidos e formação de opinião pública, que tendem a transcender o que é proposto pelos meios convencionais de comunicação, como representação da realidade.

No tocante aos fenômenos da luta contra a injustiça social nas sociedades ocidentais contemporâneas, Boaventura Santos vem articulando pensamentos no sentido de propor métodos alternativos à produção de conhecimento e reprodução social, pautados em princípios da justiça social. A partir da demonstração de que saberes predominantemente instituídos nas sociedades, em especial pelos campos científicos e do direito – por meio do estabelecimento do que pode/deve ser considerado verdadeiro e falso, legal e ilegal, respectivamente –, produzem fronteiras simbólicas e concretas, visíveis e invisíveis, responsáveis por dividir a realidade social em dois universos distintos: metaforicamente representados por ele como “deste lado da linha” (territórios onde predomina o paradigma da *regulação/emancipação*) e “do outro lado da linha” (de domínio do paradigma da *apropriação/violência*) (SANTOS, 2007, p. 71). Tais fronteiras, por ele denominadas de linhas abissais, são maleáveis, instituídas local e globalmente e grande parte delas coexiste nas nossas sociedades, desde o período colonial do século XVI (SANTOS, 2007).

Segundo o autor, o pensamento ocidental moderno trabalha radical e

sistematicamente pelo estabelecimento e manutenção destas linhas, de modo tal que, o lado desenvolvido, da visibilidade, é sustentado pelo lado atrasado/primitivo e que, neste último, prevalecem a “inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética” (SANTOS, 2007, p. 71). Enquanto o paradigma da regulação/emancipação funciona, deste lado da linha abissal, por meio de tensões sociopolíticas mais ou menos dentro de princípios democráticos, o da apropriação/violência opera pela invisibilização e pelo não reconhecimento das demandas e dos direitos do Outro. Portanto, “apropriação envolve incorporação, cooptação e assimilação, enquanto a violência implica destruição física, material, cultural e humana” (SANTOS, 2007, p. 75).

A partir do reconhecimento do pensamento abissal – alusão ao conhecimento reprodutor de tais linhas abissais –, Boaventura propõe uma “ecologia dos saberes” (SANTOS, 2007, p.85), que consiste numa epistemologia, num movimento contra-hegemônico, que trabalha, sobretudo, pela tradução da interculturalidade, ou seja, pelo reconhecimento de outros saberes, além do científico. Preconiza a formação, articulação e fortalecimento de redes globais de luta pela justiça social e cognitiva (SANTOS, 2007). Neste sentido, a ecologia dos saberes ambiciona, em última instância, operar coletivamente, em escalas locais e global, pela “produção de conhecimentos que visa reforçar lutas pela emancipação social” (CARNEIRO, KREFTA, FOLGADO, 2014, p. 332).

Com base no que foi abordado até aqui, sobre a produção e disputa de sentidos relacionados à problemática dos agrotóxicos no Brasil, percebe-se, de antemão, que a lógica da apropriação/violência opera com maior vigor em ambos os campos que se assenta o presente estudo: o comunicacional e o da produção agropecuária. Neste último, em especial, forças remanescentes do sistema colonial e do mercado neoliberal contemporâneo imprimem tensões sociais que subjazem os princípios da dignidade humana e da sustentabilidade, à lógica das contradições, da invisibilidade, do não reconhecimento e da supressão de direitos do Outro (ARAÚJO, 2000; SANTOS e CARLET, 2010). Deste modo, compreendemos que a visada epistêmica suscitada pela ecologia dos saberes configura-se num modo de olhar bastante interessante sobre a problemática

abordada nesta pesquisa, pois, o conhecimento produzido a partir do cotejamento entre saberes dos sujeitos que relacionam-se direta e cotidianamente com os problemas abordados, com o saber científico produzido a partir do ponto de vista dos movimentos sociais de luta por direitos, possibilita a realização de uma investigação sobre a produção social de sentidos sobre agrotóxicos de forma mais integrada e próxima da realidade a ser estudada. Deste modo, o ponto de vista dos integrantes da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida será levado em consideração para a realização do estudo aqui proposto, tal como proposto por Boaventura Santos.

5 Abordagem metodológica

Tendo em vista a realização deste estudo, propomos a adoção de uma abordagem metodológica capaz de vislumbrar questões relacionadas à complexidade que integra sujeitos, mídias e sociedade, simultaneamente, tal como proposto por França (2007). Capaz, inclusive, de realizar recortes que busquem apreender os interlocutores em ação, vivendo as experiências comunicativas, sem deixar de ter em mente que essas experiências afetam e são afetadas na interação, ou seja, na apropriação e circulação de bens simbólicos (FRANÇA, 2007). Levaremos em conta também o que pressupõe Fausto Neto (2010), quando diz que os estudos sobre produção social de sentidos devem ser abordados por meio de análises que considerem a complexidade do processo de produção-circulação-apropriação discursiva, de modo a não dissociá-lo de aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, históricos, nele imbricados. Neste sentido, adotaremos o Modelo do Mercado Simbólico como estrutura metodológica central, já que trabalha a comunicação sob a perspectiva das relações de articulação e disputa pelo poder simbólico de constituir realidades pela via discursiva, na qual, os sujeitos buscam lugares mais centrais nos espaços de interlocução (ARAÚJO, 2002). Em suma, o que propomos é que a produção de sentidos seja analisada a partir dos modos como os vídeos circulam e são apropriados nas articulações experienciadas pelos interlocutores/ membros da Campanha, nos contextos e circunstâncias da sua militância, ou seja, no cotidiano das suas mobilizações.

Adotaremos diferentes abordagens metodológicas para que seja possível, concomitantemente, analisar a relação estabelecida pelos membros da Campanha com os processos de circulação e apropriação de vídeos (e sentidos por eles produzidos) na rede formada pela Campanha; investigar a relevância de tais processos para o cumprimento dos seus objetivos e estratégias, mapear a

rede de produção de sentidos e analisar as relações de poder que configuram a disputa discursiva sobre agrotóxicos no Brasil, sob o ponto de vista dos integrantes da Campanha.

Num primeiro momento, a estrutura da rede da Campanha será percorrida nas suas três instâncias organizativas. Os membros (participantes) serão entrevistados e serão observados em suas ações (encontros ordinários), de modo a compreender e analisar como a rede se estrutura comunicacionalmente: desde o estabelecimento das prioridades temáticas e estratégias comunicacionais e ações adotadas pela rede da Campanha. Com base neste enfoque, mas também pela necessidade de mapear a rede¹⁰ de produção de sentidos sobre agrotóxicos no Brasil e de compreender como se dá a articulação/disputa de forças entre atores sociais, além de observação destes encontros e realização de entrevistas (semiestruturadas) que faremos com os participantes, aplicaremos com eles o Modelo do Mercado Simbólico (ARAÚJO, 2002). Vale lembrar que, por serem representantes de diferentes entidades/movimentos sociais que compõem a rede, constituem-se sujeitos interlocutores, cujos olhares tornam-se privilegiados para a realização das análises propostas, já que trazem consigo saberes, experiências e, portanto, pontos de vista distintos sobre as realidades das lutas e outras demandas da Campanha, tanto nos âmbitos locais, regionais e nacional, quanto no global, já que a Campanha também se articula internacionalmente. Neste sentido, Ronsini (2011, p. 76) reforça a importância de que “sujar as mãos na cozinha empírica” é “descobrir, na relação com os nossos informantes, o sentido que se produz a partir da experiência cotidiana com os meios”.

O Modelo, enquanto dispositivo teórico-metodológico, a nosso ver, atende a complexidade requerida em análises comunicacionais desta magnitude, tal como sugerido anteriormente. A sua estrutura teórico-metodológica – Mapa Simbólico e Matriz de Análise – permite aferir e compreender aspectos relevantes que determinam as relações de poder em voga neste contexto, pela ótica discursiva e da intervenção social (ARAÚJO, 2002) e como impactam na produção social de

10 A rede que estamos nos referimos não é aquela formada pelos sujeitos da Campanha, mas sim, todas as comunidades discursivas, que de alguma forma, produzem e fazem circular discursos sobre agrotóxicos no Brasil.

sentidos sobre o tema aqui proposto, sob o ponto de vista dos próprios interlocutores (ARAÚJO, 2006). Sua aplicação nesta pesquisa será fundamental para se vislumbrar e compreender quais são os principais interlocutores que participam da rede de produção de sentidos e como se configuram as relações de disputa pelo alcance de lugares de interlocução mais centrais entre eles. Esperamos, assim, obter com as análises um panorama descritivo que revele, de modo geral, aspectos relativos à conformação da sociedade civil organizada, quanto as suas ações comunicacionais contra os problemas decorrentes dos agrotóxicos no Brasil. Como o foco do Modelo está no mapeamento e na compreensão das relações de força que atuam no processo de produção social de sentidos, sua aplicação nos fornecerá subsídios para melhor contextualizar as demais análises aqui propostas.

Portanto, com relação às análises direcionadas à compreensão acerca dos processos de produção de sentidos envolvidos na circulação e apropriação dos produtos audiovisuais pelos participantes, buscaremos observar a práxis da Campanha, em suas ações e mobilizações presenciais e virtuais cotidianas. Neste segundo esforço, participaremos de, pelo menos, três encontros (ações) extraordinárias (1 local, 1 regional e 1 nacional), com o objetivo de investigar como os processos envolvidos na circulação e apropriação de vídeos ocorrem, *in loco*. As análises referentes ao processo de apropriação ocorrerão de modo a se compreender como vídeos e seus discursos são **consumidos e adequados**, de acordo com os interesses e objetivos da Campanha – em seus espaços de mediação virtuais e presenciais, levando-se em consideração: **Consumo** – como os interesses são despertados e como os produtos audiovisuais são adquiridos e exibidos? **Circunstâncias** – como são assistidos? Que competências de leitura e tecnologias estão em jogo? O que acontece no espaço do consumo? **Compreensão, percepções críticas e reconhecimento** – como se dá a compreensão acerca dos discursos apreendidos no ato do consumo? Como os participantes leem, criticam e se reconhecem nos discursos contidos nos vídeos? Há participação de mediadores e/ou discussões após as exibições? **Conversões em saberes e práticas** – como essa experiência interfere na percepção da

realidade dos interlocutores, ou seja, de que modo interferem na produção de sentidos? De que forma eles dão continuidade à produção (circulação em outros meios)?

Vale ressaltar que circulação e apropriação não serão compreendidos como etapas (distintas) do processo de produção de discursos/sentidos, mas sim como processos imbricados entre si e com outras formas de mediação sociais, políticas e comunicacionais presentes no cotidiano (dos membros) da Campanha. Diante da complexidade e das demandas relacionadas ao envolvimento por parte dos pesquisadores(as) neste projeto, estabelecemos que a metodologia da observação participante (VALLADARES, 2007) embasará a investigação proposta, com vistas a dar flexibilidade aos movimentos da pesquisa empírica. Flexibilidade esta, requerida em análises complexas que englobam múltiplas dimensões teóricas e empíricas, tal como proposto por Bonin (2016, p. 223-5). A coleta dos dados será realizada por meio de observações presenciais e virtuais (redes sociais da internet), coleta de depoimentos e entrevistas semiestruturadas, levantamento de produtos comunicacionais, entre outros métodos/técnicas, sempre a partir do cotejamento entre saberes empíricos e científicos, provenientes da pesquisa teórica e da observação dos participantes no ato da ação comunicativa.

O acompanhamento dos movimentos da rede nos espaços virtuais da internet (*blogs*, redes sociais virtuais e outros sítios oficiais), visa observar e analisar a (re)circulação de vídeos (e sentidos), mas também como os integrantes se apropriam destes espaços e da dinâmica destes recursos, no cumprimento das ações e objetivos da Campanha. De modo geral, essa segunda análise se baseia na noção de que as questões relevantes à pesquisa não giram apenas em torno do ciclo de consumo dos produtos midiáticos isoladamente, mas sim, na circulação dos sentidos produzidos, a partir da circulação deles, tal como ressaltado por Braga (2012). Ou seja, além do reconhecimento das condições que contextualizam, nos âmbitos micro e macro, a relação entre sujeitos e produtos audiovisuais na rede, também será levado em consideração as suas implicações na ambiência discursiva sobre o tema em questão. Deste modo, as relações que

os participantes (membros da Campanha) estabelecem com os vídeos serão avaliadas desde o momento que as **estratégias de circulação** são estabelecidas e adotadas pela Campanha, seguirá no sentido de avaliar as suas **articulações** – de sinergia ou disputa – com outros dispositivos enunciativos e continuará de acordo com os **modos como os sentidos** por eles produzidos **são apropriados** e passam, ou não, a **(re)circular** em novos ciclos de mediação social.

Adotaremos um recorte de análise empírica de modo que compreenda a rede da Campanha, pois ela representa uma parcela da sociedade organizada e atuante sociopoliticamente na problemática exposta. Pelo fato dela representar essa parcela social enquanto rede articulada, composta de muitas entidades e movimentos sociais e por ela atuar como instância mediadora em diversos contextos sociais no país e fora dele, entendemos que ela consiste num espaço privilegiado para a realização deste estudo, no esforço de compreender, para além do seu objeto específico, pontos de vista e contradições sobre os principais fatores (contextos e circunstâncias) que interferem na realidade que engloba os processos comunicacionais a serem analisados.

Com relação aos métodos empregados, acreditamos que a aplicação do modelo do mercado simbólico e da observação dos sujeitos em ação, à luz do conceito de ecologia dos saberes, confere novas possibilidades aos movimentos populares, quanto a análise dos problemas e potencialidades das suas estratégias e ações comunicacionais, de modo a contribuir com as suas lutas pela garantia de direitos. A abordagem proposta pela ecologia dos saberes configura-se num ancoradouro interessante para a conformação e articulação das dimensões analíticas que serão adotadas na contextualização desta pesquisa.

Por fim, acreditamos que a produção de conhecimento sobre a relevância do audiovisual nos movimentos sociais, nesta contemporaneidade midiaticizada, em especial, sobre os processos de produção de sentidos acerca da circulação e apropriação de vídeos pelos integrantes da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, nas suas ações comunicacionais de militância, pode contribuir com a revelação de aspectos importantes para a elucidação das potencialidades e desafios que há no enfrentamento da problemática social,

sanitária e ambiental relacionada ao uso de agrotóxicos no Brasil, com relação aos processos de formação da opinião e de políticas públicas.

6 Referências

ANDRADE, M. P. de. **Apropriação audiovisual e o discurso do protagonismo juvenil na contemporaneidade**. Revista Temática, ano IX, n. 08, 2013.

Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/download/21636/11963> Acesso: 17/01/2017.

ANVISA. **Programa De Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA): relatório complementar relativo à segunda etapa das análises de amostras coletadas em 2012**. Brasília. 2014. Disponível em:

http://portal.anvisa.gov.br/documents/111215/117818/Relat%25C3%25B3rio%2BPARA%2B2012%2B2%25C2%25AA%2BEtapa%2B-%2B17_10_14-Final.pdf/3bc220f9-8475-44ad-9d96-cbbc988e28fa Acesso: 16/01/2017.

ARAÚJO, I. **A reconversão do olhar**. São Leopoldo, ed. UNISINOS, 2000.

_____. **Mercado Simbólico: interlocução, luta e poder – um modelo de comunicação para políticas públicas**. 2002. Tese (Doutorado em Comunicação), Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas**. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.8, n.14, p.165-77, 2004.

_____. **Polifonia, concorrência discursiva e produção dos sentidos: o método do mapa do mercado simbólico**. UNIrevista - Vol. 1, nº 3, 2006.

_____. **Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde**. RECIIS, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.42-50, 2009.

BARBERO, Jesús-Martin. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

BOCHNER, R. **Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – SINITOX e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil**. Ciência e Saúde Coletiva, 12(1):73-89, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, RJ, tradução de Fernando Tomaz, 1989.

BONIN, J. **Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas**. In. MOURA, C. P.; LOPES, M. I. V. de (org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

BRAGA, J. L. **Circuitos versus campos sociais**. In. JANOTTI-JUNIOR, J.; MATTOS, M. Â.; JACKS, N. (Orgs.) **Mediação e Midiatização**. Salvador,

EDUFBA ; Brasília, Compós, 2012.

BRASIL. MS. SVS. **Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano no Brasil, 2013.** Boletim Epidemiológico, volume 46, n. 4, 2015.

Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/agosto/20/2014-028---Boletim-Agrotoxico-.pdf> Acesso: 16/01/2017.

BRASIL. MS. SVS. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Agrotóxicos na ótica do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.** Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agrotoxicos_otica_sistema_unico_saude_v1_t.1.pdf. Acesso: 15/01/2017.

CARNEIRO, F. F. *et al.* **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro, ENSP, São Paulo, Expressão Popular, 2015. Disponível em: http://www.abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf. Acesso: 28/09/2016.

CARNEIRO, F. F.; KREFTA, N. M.; FOLGADO, C. A. R. **A Praxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos.** Tempus, Actas de Saúde Coletiva, Brasília, 8(2), 331-338, 2014.

ESCOSTEGUY, A. C. D. **Estudos Culturais: as margens de um programa de pesquisa.** Revista eletrônica e-compós, 2004. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/77/77> Acesso: 18/01/2017.

ESCOSTEGUY, A. C. D. **Circuitos de cultura/circuitos de comunicação: um protocolo analítico de integração da produção e da recepção.** Comunicação, mídia e consumo. São Paulo, vol. 4, n. 11, 115-135, 2007.

FAUSTO-NETO, A. **As bordas da circulação.** ALCEU - v. 10 - n.20 - p. 55 a 69, 2010.

FRANÇA, V. **Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação.** In. GUIMARÃES, C.; FRANÇA, V. (Orgs.) **Na mídia, na rua: Narrativas do cotidiano.** Belo Horizonte, Autêntica Editora, ed. 1, 2007.

GOHN, M. da G. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina.** Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, 439-455, 2008.

GONÇALVES, E; RENÓ, D. P; MIGUEL, K. **Narrativa transmídia, ativismo e os múltiplos discursos dos protestos brasileiros de 2013.** Revista Chasqui, Quito, Equador, n. 123, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5791055.pdf> Acesso: 16/01/2017.

GROHMANN, R. do N. **O Receptor como Produtor de Sentido: estudos culturais, mediações e limitações.** Revista Anagrama – Revista Interdisciplinar da Graduação, ano 2, - edição 4, 2009.

LELO, T. V.; GROHMANN, R. **A diversidade do conceito de circulação nos estudos em Comunicação.** ECCOM, v. 5, n. 9, 2014.

LEVIGARD, Y. E.; ROZEMBERG, B. **A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de “nervos” no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(6):1515-1524, 2004.

LIMA, R. T. dos R. S.; BOCHNER, R. **Saúde ambiental, ciência e mídia: a produção acadêmica sobre agrotóxicos e jornalismo.** Belo Horizonte, 2º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente, 2014. Disponível em: http://www.sibsa.com.br/resources/anais/4/1404753855_ARQUIVO_SimpósioBrasileirodeSaudeAmbiental_AgrotoxicoseMidia.pdf Acesso: 19/01/2017.

LOPES, M. E. B. M. **Agrotóxicos na imprensa: análise de algumas revistas e jornais brasileiros.** Piracicaba, São Paulo, Escola Superior de Agricultura, USP, Tese, 2010. Disponível em: http://docplayer.com.br/storage/54/34895538/1486272343/rXQ8qtr31X6d_zkGvZF3Uw/34895538.pdf Acesso: 19/01/2017.

MIRANDA *et al.* **Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil.** Ciência e Saúde Coletiva, 12(1):7-14, 2007.

MOREIRA, A. de L. **Visibilidade, comunicação, políticas públicas e saúde: ressonâncias e interrelações na saúde indígena.** Fundação Oswaldo Cruz. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Rio de Janeiro, Tese, 2015.

MORIGI, V. J. **Teoria social e comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos.** Revista eletrônica e-compós, 2004. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/9/10>. Acesso: 16/01/2017.

MURTINHO, R. **Estado, comunicação e cidadania : diálogos pertinentes sobre a relação entre direito à saúde e direito à comunicação .** 2015. Tese (Doutorado em Comunicação), Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/6515/1/Estado,%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20cidadania...-Tese-Rodrigo%20Murtinho-2012.pdf> Acesso: 29/09/2017.

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Novos Estudos, CEBRAP, 79, p. 71-94, 2007.

SANTOS, B. de S.; CARLET, F. **The movement of landless rural workers in Brazil and their struggles for access to law and justice.** In. GHAI, Y.; COTTRELL, J. (Eds.) **Marginalized communities and access to justice.** Routledge, Nova York, EUA, 2010.

O VENENO está na mesa. Produzido e dirigido por Sílvio Tendler. Brasil, Rio de Janeiro, 2011, 50 min, Disponível em <https://vimeo.com/29278749>. Acesso: 12/09/2016.

O VENENO está na mesa II. Produzido e dirigido por Sílvio Tendler. Brasil, Rio de Janeiro, 2014, 1h 10 min. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fyvoKljtvG4>. Acesso: 12/09/2016.

PALAZUELOS, F. R ; OLIVEIRA, A. M. **O uso de dispositivos móveis em documentários participativos nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil.** Art Research Journal, v. 2, n. 2, 2015.

PORTO, M. F. **Agrotóxicos, saúde coletiva e insustentabilidade: uma visão crítica da ecologia política.** Ciência e Saúde Coletiva, 12(1):15-24, 2007.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. **Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT.** Ciência e Saúde Coletiva, 12(1):105-114, 2007.

RAMOS, S.; PAIVA, A. **Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.** Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

RAMOS, F. P., **Mas afinal... o que é mesmo documentário?** São Paulo, ed SENAC São Paulo, 2008.

RENÓ, D. P. **Cinema documental interativo e linguagens audiovisuais participativas: como produzir.** Colección Cuadernos Artesanos de Latina, Universidad de La Laguna, Tenerife, Espanha, 2011.

RIGOTTO, R. M. *et al.* **O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola.** Ciência e Saúde Coletiva, 17(6):1533-1542, 2012.

RONSINI, V. V. M. **A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero: ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção;** In. GOMES, I. M. M.; JANOTTI-JUNIOR, J. (orgs.) **Comunicação e estudos culturais.** Salvador, EDUFBA, 2011.

SANTORO, L. F. **A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil.** São Paulo, Sumus Editorial, 1989.

TYGEL, A. F. *et al.* **Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida: construção da resistência brasileira ao avanço do Capital no campo.** In. TOBAR, F. R.; BAZZI, A. P. (Orgs.) **Saltar la Barrera: crisis socioambiental, resistencias populares y construcción de alternativas latinoamericanas al Neoliberalismo.** Santiago/Chile, Instituto de Ciencias Alejandro Lipschutz / Fundación Rosa Luxemburgo, 2014.

VALLADARES, L. **Os dez mandamentos da observação participante.** São Paulo, Rev. bras. Ci. Soc. vol.22, n.63, 2007.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido.** UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2004.

7 Cronograma

	1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre
Levantamento bibliográfico	XX	X	X	X				
Aquisição de material bibliográfico	X	X	X	X				
Catálogo, organização e fichamento da bibliografia		X	X	X				
Levantamento, catalogação e análise dos vídeos utilizados pela Campanha			X	X	X	X		
Realizar cadastro e frequentar as redes virtuais da Campanha		X	X	X	X	X		
Contatar as instâncias organizativas da Campanha			X	X				
Agendamento das idas a campo			X	X	X			
Estruturação das entrevistas – tema, sujeitos, contextos, apropriação e circulação dos vídeos			X	X	X			
Defesa de qualificação				X				
1ª ida a campo – aplicação do Modelo do Mercado Simbólico					X			
Demais idas a campo e coleta de dados – percorrer a campanha					X	X		
Análise das entrevistas e observações coletadas					X	X	X	
Processamento e análise do material empírico coletado					X	X	X	
Escrita dos artigos							X	X
Escrita da tese				X	X	X	X	X
Publicação de artigos				X		X		X
Entrega da tese								X
Apresentação dos resultados da pesquisa em eventos acadêmicos								X